

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU PROGRAMA PARA AS ELEIÇÕES 2022

POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA NAS ELEIÇÕES E NAS LUTAS DOS TRABALHADORES, DA JUVENTUDE E DO POVO PRETO E POBRE DAS PERIFERIAS.

VERA LÚCIA/PSTU, UMA OPERÁRIA PARA PRESIDENTE E RAQUEL TREMEMBÉ, UMA MULHER INDÍGENA PARA VICE!

PARA GOVERNADOR, O OPERÁRIO CLEBER RABELO/PSTU! PARA VICE A PROFESSORA BENEDITA/PSTU.

É PRECISO DERROTAR BOLSONARO, MAS LULA-ALCKMIN NÃO SÃO A SOLUÇÃO!

POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA!

O PSTU se apresenta com o operário da construção civil, Cleber Rabelo, para o governo do Pará. Cleber Rabelo participa ativamente na luta em defesa da classe trabalhadora, dos oprimidos e explorados, dos camponeses, indígenas e quilombolas representando, neste contexto eleitoral, um projeto socialista e classista para Estado do Pará. A professora Benedita, uma mulher negra da classe trabalhadora, é a candidata a vice-governadora, representa a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTFOBIA, a luta contra as opressões, a luta por uma sociedade socialista. **VOTE 16 PSTU: GOVERNADOR CLEBER RABELO E VICE-GOVERNADORA BENEDITA DO AMARAL.** O PSTU também virá com Wellington Macedo para Deputada Federal, Seu Alex para Deputado Estadual e João Santiago para o Senado.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU foi fundado em 1994, após um processo de construção de uma alternativa política aos partidos de esquerda existentes, participando de inúmeras manifestações, passeatas e greves, entre outros fatos políticos. Em todos os momentos, sempre defendemos os interesses da classe trabalhadora, dos estudantes e dos setores oprimidos da sociedade. E nessas eleições não será diferente.

O Programa de Governo Estadual do PSTU para as eleições 2022 é apenas um esboço, pois o verdadeiro Programa de Governo deve ser debatido junto com a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Para isso será necessário abrir um amplo fórum de debates com as associações de bairros, com os camponeses, sindicatos, organizações estudantis, indígenas, quilombolas que poderão funcionar como comissões populares com poderes consultivo e deliberativo sobre a administração do estado para decidir a aplicação de 100% do orçamento.

O PARÁ REFLETE A SITUAÇÃO DO BRASIL E DO MUNDO

Desemprego, precarização do trabalho, arrocho salarial, violência sem limites; chacinas protagonizadas por milícias, PMs e traficantes; acidentes ambientais causados pelas mineradoras, que destroem a natureza e a vida dos ribeirinhos; aumento da exploração e opressões contra as mulheres, negros e LGBTI's. A vida no Pará é o reflexo do que vemos no país inteiro.

A crise capitalista mundial leva a burguesia brasileira, através de seus representantes no parlamento, a travar uma guerra social cada vez mais cruel contra a classe trabalhadora e o povo pobre com o objetivo de jogar sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise capitalista e seu sistema de exploração.

Essa situação ficou ainda mais difícil após a aprovação da Reforma Trabalhista, um ataque histórico de retirada de direitos e precarização do trabalho. E para piorar, o governo de Jair Bolsonaro também aprovou a Reforma da Previdência que aumentou o tempo de trabalho e diminuiu o valor das aposentadorias dos trabalhadores.

Enquanto a vida dos de baixo só piora, os de cima aumentam a exploração e se preparam mais uma vez para as falsas promessas e a ilusão no processo eleitoral. Mas as eleições não vão mudar a vida dos paraenses, muito menos a dos brasileiros como um todo. O PSTU participa das eleições burguesas controladas pelos ricos e poderosos, mas entende que devem ser usadas para aumentar a organização da nossa classe, preparar nossa luta e fazer avançar entre os trabalhadores a consciência e a compreensão para se rebelar e fazer uma Revolução Socialista.

Devemos unificar as lutas e a ação direta, preparar uma nova e poderosa Greve Geral. Nos prepararmos para enfrentarmos qualquer governo que venha e impedir novos ataques.

Queremos usar nossa participação nas eleições para dizer aos trabalhadores que só organizando os de baixo e derrubando os de cima podemos mudar nossa vida para melhor. Construindo um governo realmente nosso, com um programa que reflita nossas necessidades mais básicas, como saúde, educação, moradia e emprego. Defendemos acabar de uma vez por todas com a exploração e a opressão que causam nossa pobreza e miséria através de uma revolução socialista.

Queremos o Pará nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre! Fora Bolsonaro! Lula e Alckmin não vão resolver os problemas da classe trabalhadora e do povo pobre nem dos oprimidos do país.

A campanha do PSTU se propõe a ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros Populares da periferia, dos assentamentos rurais, das ocupações, dos quilombolas, dos ribeirinhos, em todo o Pará.

Vamos juntos construir um quilombo socialista contra a exploração, o desemprego, o racismo, a LGBTIfobia, o machismo e a xenofobia.

Para garantirmos uma vida digna, emprego, salário, educação e saúde públicas e gratuitas, moradia, saneamento básico para todos, e transporte público de qualidade é preciso botar pra Fora Bolsonaro nas lutas, por uma greve geral que unifique a classe operária com todos os oprimidos e o povo pobre das periferias do país para enfrentar o capitalismo e derrotar os patrões. Nos dois anos de pandemia e de uma crise econômica sem precedentes, mais de 93 milhões de trabalhadores estão sem trabalho. Segundo o IBGE, 40% das pessoas ocupadas estão no trabalho informal – sem direitos à salários dignos, ou aposentadorias. A renda dos trabalhadores sofreu 10% de rebaixamento, no país, só no último ano. Nos últimos dez anos, a renda da metade mais pobre do país diminuiu 26,2%!

Já os preços dos alimentos, dos combustíveis (gás de cozinha e gasolina), as tarifas de luz chegaram às nuvens. Só de 2021 para cá, o preço dos alimentos chegou a subir 68% em média, no governo Bolsonaro. Sem falar nos mais de 679 mil mortos pela pandemia de coronavírus, graças ao atraso proposital da distribuição de vacina pelo governo corrupto e genocida de Jair Bolsonaro.

Outro aspecto da tragédia que é o governo Bolsonaro são os 45 milhões de trabalhadores que passam fome, hoje, no país. Ainda segundo o IBGE, cerca de 60% dos brasileiros sentem o chamado “desconforto alimentar”, uma forma bonita de dizer que a maioria do povo brasileiro almoça, mas não janta.

Na base desta miséria crescente está a desindustrialização em curso no país: nos últimos 40 anos, 43,8% das fábricas fecharam no Brasil. Só nos últimos 5 anos, cerca de 17 fábricas fecham todos os dias no país. Entre as fábricas fechadas, vimos gigantes como a LG Phillips e a Ford fecharem. Agora, a Caoa Chery quer fechar as portas e demitir operários também. Entre as montadoras, houve mais de 6.500 demissões. Na construção civil, mais de 450 mil operários foram para a rua, só nos dois últimos anos.

Este processo, ordenado pelo imperialismo, destruiu milhões de empregos e jogou milhões na fome. As consequências mais sinistras da desindustrialização são os milhões de brasileiros que catam comida nos lixões das grandes cidades.

Enquanto isso, nestes mesmos dois anos de pandemia e de gravíssima crise econômica, 315 bilionários acumulam 2 trilhões de reais e lucram 284,7% a mais durante a pandemia.

Os ricos é que devem pagar pela crise.

Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, as mineradoras, os latifundiários do agronegócio, dos supermercados são os donos do Pará, do Brasil e do poder.

Nós queremos o Pará e o Brasil nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre, por isso defendemos um governo socialista dos trabalhadores.

Nosso estado e o país devem ser controlados por conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação. Os governos estadual e federal devem se submeter aos Conselhos Populares. Todo político deve ter mandato revogável e nenhum político deve ganhar mais do que um operário (a) especializado ou um (a) professor (a).

Sempre tivemos como princípio não aceitar receber dinheiro de empresas, porque sabemos que quem financia as campanhas determina o plano de governo dos candidatos. Por isso, o PSTU é o único partido que não está na lista das empreiteiras e da Lava Jato. Fazemos questão de sermos financiados pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.

As eleições são uma disputa de cartas marcadas. São antidemocráticas. Nestas eleições não teremos o direito mínimo democrático de tempo de propaganda na TV. E estamos, mais do que nunca, sendo excluídos dos debates nas emissoras e nas mídias em geral. Enquanto os grandes partidos da burguesia têm todo tempo do mundo e rios de dinheiro de empresários corruptos.

Mas eleger revolucionários e socialistas do PSTU fortalece a luta da nossa classe como aquela travada por nossos antepassados cabanos.

Vamos lutar para colocar nosso imenso estado a serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, LGBTIs e mulheres da classe trabalhadora em tudo que temos direito.

Além disso, uma gestão socialista também fará do Pará e da própria Amazônia um ponto de apoio na luta para mudar o país e o mundo, para acabar com a exploração e com o sistema capitalista, onde a produção não esteja a serviço do lucro de uma minoria de bilionários e da exploração e miséria de milhões, mas sim a serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador, a serviço da igualdade entre os que produzem a riqueza.

Estamos apresentando para Governador um candidato que é a cara desse programa. Cleber Rabelo é operário da construção civil de Belém e dedica sua vida à luta pelo fim da exploração, da opressão e da miséria capitalistas. Em seu mandato de vereador socialista em Belém, demonstrou estar ao lado dos trabalhadores e suas lutas, apresentando propostas contra os ricos e contra os privilégios dos políticos, como a redução do salário dos vereadores, do prefeito e vice, assim como dos secretários para ganharem igual ao valor dos salários de operários especializados e professores. E denunciando o parlamento, seja câmara

de vereadores, assembleia de deputados ou o congresso nacional, como aparato dos poderosos, o qual não deve ter nenhuma confiança dos operários e do povo pobre.

Apoiou as lutas em várias partes do Pará e no Brasil, desde as lutas dos operários e operárias da construção civil em Belo Monte e em Belém, na defesa da classificação das operárias da construção civil, dos trabalhadores da COSANPA, dos professores, trabalhadores da saúde, trabalhadores da Semob, dos trabalhadores da FUNPAPA, dos assentamentos rurais e ocupações urbanas, contra os assassinatos das lideranças no campo por lutarem por reforma agrária e pelo direito à terra, entre outras lutas muito importantes.

Cada voto em Cleber Rabelo do PSTU, nº 16, para governador de nosso estado vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mulheres e LGBTIs para mudar de verdade tudo isso que está aí. #FORA BOLSONARO! LULA E ALCKMIN NÃO VÃO RESOLVER OS MÍNIMOS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE DA PERIFERIA!

O BRASIL PRECISA DE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

16 PROPOSTAS PARA MUDAR TUDO QUE ESTÁ AÍ

POR UMA ALTERNATIVA DE LUTA E SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIA PARA A POLARIZAÇÃO ENTRE LULA E BOLSONARO! ELES NÃO VÃO RESOLVER OS GRAVES PROBLEMAS DA CLASSE TRABALHADORA, COMO O DESEMPREGO, A FOME E O REBAIXAMENTO DA RENDA. POR UMA ALTERNATIVA DE INDEPENDÊNCIA DE CLASSE, SEM ALIANÇAS COM A BURGUESIA E POR UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO BRASIL! QUE A CLASSE TRABALHADORA TOME O PODER E GOVERNE!

A situação de calamidade pública em que se encontram nosso estado e nosso país é responsabilidade de décadas, dos governos do MDB, PT e PSDB e do governo do genocida de Jair Bolsonaro, que favorecem a especulação imobiliária, banqueiros, multinacionais, empreiteiras e políticos corruptos.

Bolsonaro dá continuidade às mesmas medidas iniciadas por Dilma e Temer. Todos esses governos têm em comum a defesa dos interesses dos banqueiros e do sistema financeiro, dos grandes industriais, das empresas e de governos imperialistas. Defendem o agronegócio, o latifúndio e o lucro dos patrões. É verdade que Jair Bolsonaro vai mais adiante quando propõe uma nova ditadura militar, atacar as conquistas democráticas arrancadas com luta, sangue e suor dos trabalhadores. É verdade que a única resposta a Jair Bolsonaro e suas ameaças de golpe é a. unidade na luta e a greve geral, a autodefesa dos trabalhadores e da juventude e ir para as ruas para por abaixo este governo genocida, corrupto e responsável direto pelos assassinatos no campo, pelas mortes de Dom e Bruno, pelos ataques às mulheres, aos negros e negras e ao povo LGBTI. O governo Bolsonaro atacou os camponeses pobres, as terras, os direitos dos povos indígenas, do povo quilombola, incentivou o racismo, o machismo e a lgbtifobia. Entretanto, Lula e Alckmin farão um governo que defenderá as mesmas bases sociais, políticas e econômicas pois governarão com e para os banqueiros e para a burguesia do campo e da cidade. Farão um governo que destinará a metade do PIB para os grandes bancos. É um governo que fará mínimas concessões como o bolsa família apenas para conter as lutas e continuar a aprofundar os ataques aos direitos, à renda e ao emprego. Lula-Alckmin – ou qualquer outro candidato da burguesia que ocupar a presidência - farão um governo para garantir a elevação das taxas de lucro para a grande burguesia e, para garantir o lucro dos patrões, dos banqueiros e do agronegócio, continuar a tremenda exploração sobre a classe trabalhadora.

Os trabalhadores e a juventude não devem aceitar pagar pela crise com desemprego, arrocho nos salários, carestia, retirada de direitos, corte de verbas na saúde, educação e gastos sociais. Chega de enriquecer banqueiros e multinacionais! Chega dos corruptos remeterem bilhões para os países ricos, seus bancos e suas empresas.

Bolsonaro ou Lula-Alckmin, esse Congresso Nacional, o governador do estado, prefeito, deputados e vereadores defendem os ricos. Precisamos é de uma alternativa seja para esta polarização entre Lula e Bolsonaro seja para a inviável terceira via.

Não é possível mudar pra valer o estado sem mudar o país. E não é possível mudar de vez o país sem mudar o sistema capitalista. Para mudar tudo o que está aí é preciso um governo socialista dos trabalhadores, formado por Conselhos Populares, ou seja, um governo realmente dos de baixo, que execute o que for decidido em comitês populares formado nos bairros, escolas e fábricas. Só conquistaremos isso com nossa mobilização permanente.

Toda mudança que conquistemos deve fortalecer a luta para mudar também o Brasil.

- 1- POR UMA VERDADEIRA INDEPENDENCIA A luta do povo é única garantia para impedir que o Pará seja usado pelos empresários e poderosos como uma colônia, que as suas riquezas e os seus produtos não sejam entregues ao capital estrangeiro a preço de banana. Enquanto o Pará se especializa cada vez mais como exportador de matéria-prima e de alimentos para o mercado internacional, o povo passa fome. Este

modo de governar favorece as grandes empresas estrangeiras, o latifúndio e o agronegócio, destruindo o ser humano e a natureza.

A verdadeira independência começa pelo não pagamento das dívidas externa e interna. Este processo garantirá a transferência para o desenvolvimento social e ambiental do Estado dos recursos hoje ilegalmente pagos aos parasitas do mercado financeiro.

2 - PARA ABOLIR COM A ESCRAVIDÃO MODERNA E GARANTIR SALÁRIO, EMPREGO E TERRA

Defendemos uma política de enfrentamento à superexploração do trabalho.

Adotaremos um plano de pleno emprego, uma Carreira Única aos servidores públicos estaduais, que permita a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais sem redução do salário, para contrapor aos escândalos financeiros de corrupção que se alastram neste país. Desenvolveremos um plano de obras públicas voltados para a melhoria da saúde, da escola, de moradias, de saneamento, eletrificação rural etc., capaz de resolver as principais deficiências de atendimento ao povo e que ao mesmo tempo empregue quem está desempregado. Os recursos, para tanto, devem vir além dos que forem economizados do não pagamento das dívidas, pela taxa progressiva das grandes propriedades e grandes fortunas. Revisaremos as concessões públicas rumo às estatizações e às reestatizações como a CELPA, que deve voltar ao controle do Estado administrada pelos trabalhadores com redução imediata das tarifas de energia elétrica para os pobres e desempregados e o fim imediato da aplicação da bandeira vermelha.

3 - UNIFICAR AS LUTAS E CONSTRUIR A GREVE GERAL

Precisamos unificar as lutas e parar o Brasil para barrar os planos de “ajustes” que os governos das três esferas estão aplicando.

Eles querem acabar com a aposentadoria, com os direitos trabalhistas, aumentar o desemprego e a exploração e rebaixar ainda mais os salários. Querem privatizar e destruir de vez a educação, a saúde e os serviços públicos para enriquecer os donos do ensino privado, das clínicas e hospitais dos ricos, dos bancos, das grandes empresas.

Precisamos de uma Greve Geral para botar para fora Bolsonaro! E enfrentar o capitalismo derrubando os patrões.

UMA SAÍDA OPERÁRIA E SOCIALISTA PARA A CRISE

4 - POR UM PLANO DE OBRAS PÚBLICAS E PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA ENFRENTAR O DESEMPREGO NO PARÁ

Os números de desempregados no país e no Pará são alarmantes, mas é possível mudar este quadro com as seguintes medidas:

- Redução da jornada de trabalho para 36 horas sem redução dos salários;
- Seguro desemprego de dois anos, pelo menos, enquanto perdurar a crise;
- Proibição da demissão imotivada e expropriação sem indenização das fábricas e empresas que receberam isenções fiscais e demitirem;
- Garantia por lei de estabilidade no emprego.

Além da Criação de empregos através de um plano de obras públicas necessárias, como saneamento básico, postos de saúde, escolas a serem construídas por uma empresa Estatal de obras 100% pública, controlada pelos trabalhadores; e

Isenção de pagamento de luz, água, IPTU e passe-livre em todo transporte público, para os desempregados;

5 - PELA REFORMA AGRÁRIA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES PARA DIMINUIR O PREÇO DOS ALIMENTOS E ACABAR COM A FOME NO PAÍS. EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS.

No Brasil, 50% das propriedades da terra estão nas mãos de 1% de grandes proprietários. Entre 1997 e 2020, a produção de grãos cresceu 300% no Brasil (Companhia Nacional de Abastecimento/Conab). A safra

agrícola de 2021 deve totalizar 251,7 milhões de toneladas e a área colhida foi de 68,3 milhões de hectares na safra agrícola de 2021, segundo o IBGE. Por outro lado, vimos que apenas 14% de todo financiamento disponível para agricultura se concentram em apenas 23% das terras agriculturáveis no país. Segundo o último censo agropecuário feito pelo IBGE, em 2017, 63 milhões de hectares de terras são destinados à agricultura, sendo que deste total, 61,6 milhões de hectares estão concentrados no agronegócio.

Em consequência desta absurda concentração de terras e de poder econômico nas mãos de poucos proprietários (1% destes), os alimentos produzidos são destinados à exportação e o pouco que é vendido no país é taxado pelo preço do mercado internacional.

Na verdade, a desnacionalização da economia brasileira não passa apenas pela destruição da indústria nacional, mas da terra brasileira também. Segundo o jornal Opinião Socialista (11/09/2020): “O agronegócio brasileiro é dominado por quatro grandes multinacionais no ramo de grãos no Brasil e no mundo, conhecidas como ABCD (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus). Juntas, essas 4 empresas têm faturamento anual no mundo em torno de 230 bilhões de dólares”. Como vimos, há um processo brutal de concentração da renda agropecuária, no país. Basta vermos que, no Brasil, há 5,17 milhões de produtores rurais, mas somente 300 mil são responsáveis por quase 79% do VBPA do agronegócio. Esta brutal concentração de riquezas nas mãos de 5,8% de produtores do agronegócio, coloca a produção agropecuária no Brasil a serviço do mercado mundial de *commodities* e não a serviço das necessidades e da soberania alimentar do país.

Por isso, uma medida democrática é fazer uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores para que os incentivos e a distribuição de recursos e de terras sejam divididos democraticamente e, acima de tudo, o alimento produzido no país esteja a serviço da alimentação do povo brasileiro e não do lucro de uma minoria exploradora.

No Pará, esta situação não é diferente. A maioria esmagadora das propriedades da terra está nas mãos do agronegócio, principalmente dos plantadores de soja. Outra grande porção de terra está nas mãos dos criadores de gado e a outra grande porção de terras nas mãos das mineradoras. Ainda há as atividades ilegais, principalmente de madeireiros e mineradores sobre terras indígenas, principalmente.

Enquanto o agronegócio e mineradoras acumulam lucros, o povo passa fome. No Brasil ou no Pará, a situação é a mesma graças aos governos de Jair Bolsonaro e de Helder Barbalho/MDB.

A chapa de Lula-Alckmin para a presidência não vai mudar esta situação, porque Lula e Alckmin são aliados do agronegócio. A família Maggi, maior produtora de soja do mundo, estabelecida no Mato Grosso, uma aliada de Jair Bolsonaro desde os primeiros dias de governo, acaba de declarar apoio a Lula e Alckmin. Desta forma, ora com apoio de Bolsonaro e do Centrão, ora dos governos de alianças do PT com a direita, o agronegócio mantém seus lucros e, conseqüentemente, a fome no Brasil.

As fronteiras agrícolas, a mineração, a criação de gado, a extração de madeiras e o roubo de terras também avançam sobre as terras indígenas e são uma séria ameaça aos povos indígenas e ao direito deles à terra. Todos os povos indígenas com ou sem terras demarcadas estão sob ameaça dos jagunços a serviço de fazendeiros, mineradoras, bancos e criadores de gado.

Os povos indígenas lutam pelo direito democrático de ter seus territórios, sua cultura e suas vidas garantidas com a demarcação e o respeito ao seu território. Mas o capitalismo e o imperialismo não podem garantir este direito democrático de território a estes povos. A razão é que as taxas de lucro precisam se expandir e, para isto, as fronteiras do capitalismo precisam se expandir também, agora em direção à Amazônia como um todo e em direção aos territórios indígenas e dos povos originários em geral. Por isso lutaremos pela demarcação e pela defesa dos territórios dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e de todos os povos da floresta.

6 - AUMENTO DOS SALÁRIOS E CONGELAMENTO DOS PREÇOS

A carestia, a inflação e o arrocho salarial, além de causar fome em milhões de famílias trabalhadoras, significa um tremendo aumento da exploração e da transferência de dinheiro para a patronal, para os ricos. É

preciso congelar o preço das tarifas públicas estaduais e isentar das mesmas os desempregados; é necessário também conter a alta do preço dos alimentos por meio de um rebaixamento dos preços diminuindo as exportações de alimentos e aumentando o volume de alimentos básicos no mercado interno. Por isso, como falamos anteriormente, a Reforma Agrária é importante e inadiável para acabar com a fome e a insegurança alimentar.

7 - EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS, GRATUITAS E DE QUALIDADE

Primeiro é preciso garantir verbas públicas apenas para a saúde e a educação públicas e nenhum centavo para os milionários donos das escolas, clínicas e hospitais privados;

Segundo é preciso garantir vagas para todas as crianças em creches e escolas públicas, de qualidade!

Para isso é preciso acabar com o processo de privatização continuada da educação e da saúde. Acabar com toda gestão privada de escolas, creches, postos de saúde e hospitais, através das OS's (supostas "Organizações Sociais") ou de Fundações Privadas.

É preciso também garantir democracia nas escolas para que professores e a comunidade escolar possam debater e decidir no estado o projeto pedagógico, a gestão pública das mesmas e eleger diretamente sua direção.

Combatendo assim projetos retrógrados e autoritários como o "Escola sem Partido" e Escola Cívico Militar, evitando a evasão escolar, aumentando a qualidade do ensino público.

É preciso ter uma saúde preventiva, e com garantia de atendimento a todos os pacientes em todas as especialidades clínicas.

7 - ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO DO TRANSPORTE E TARIFA ZERO

O principal problema que fez explodir os protestos de junho de 2013 foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso ocorre por ser privatizado um serviço essencial para as camadas médias e pobres da população, beneficiando os lucros das grandes empresas. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, de qualidade e rumo à tarifa zero.

9 - NENHUMA FAMÍLIA SEM-TETO E SANEAMENTO BÁSICO PARA TODOS

-Todo trabalhador e trabalhadora, todos os jovens e todas as crianças devem ter assegurado o seu direito à moradia. Acontece que é muito difícil garantir esse direito já que os grandes burgueses usam a terra como "Propriedade Privada" para ganhar dinheiro, para especular e não para garantir as necessidades sociais. Isso é um roubo porque torna "dono" de uma terra alguém que muitas vezes não exerce nela nenhuma atividade, enquanto isso milhões não têm um teto para morar.

Para resolver o déficit habitacional, o movimento Luta Popular, filiado à CSP-Conlutas, faz algumas propostas que consideramos corretas e defendemos, tais como:

*Dar a função de moradias populares a prédios, casarões e edificações que se encontram inutilizados por um período maior que 2 anos. As prefeituras possuem um cadastro de acompanhamento destes imóveis e alguns deles foram alvos de ocupações muitas vezes, o que também comprova o tempo em que estão sem utilidade (a prefeitura de São Paulo, por exemplo, realizou um processo de levantamento e notificação destes imóveis em 2014, mas não fará nada com isso porque não quer bater de frente com seus financiadores de campanha, denuncia o movimento). Estes imóveis devem ser tomados pelas administrações municipais e reformados para servirem como moradias ou espaços públicos, de cultura, educação e lazer. Estes imóveis devem ser de propriedade pública, dos municípios ou estados, e serem destinados a moradia social para o povo pobre;

Suspender imediatamente todos os despejos de áreas públicas estaduais ou municipais ocupadas por famílias de baixa renda com finalidade de moradia.

Uma empresa estatal de obras pode garantir a construção das moradias populares que faltarem, a baixo custo, garantindo emprego, qualidade e atacando a especulação imobiliária; além de garantir a universalização do saneamento básico, cujo déficit no Brasil, um país tão rico, é inexplicável, uma vergonha, um verdadeiro escândalo, fonte de doenças, de mortalidade infantil e de enorme desigualdade.

10 - SEGURANÇA PÚBLICA: UNIFICAÇÃO DA PM COM A POLÍCIA CIVIL, CRIANDO A POLÍCIA CIVIL UNIFICADA ELEITA E CONTROLADA PELA COMUNIDADE

a) O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrenta essas mobilizações com criminalização e repressão.

Em todo o país, milhares de ativistas são detidos e centenas são indiciados. Somos contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!

b) Mas sempre que os de cima falam em Segurança Pública a gente sabe que significa mais polícia para reprimir e oprimir os pobres, negros, negras, LGBTI's, jovens e moradores das periferias, bairros e favelas. Isso acontece porque para os governos dos patrões "segurança pública" é, na verdade, a repressão aos trabalhadores, à juventude pobre e negra da periferia, às nossas lutas, para controlar nossas vidas e nossa revolta.

c) Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas. -É preciso acabar com militarização da PM, formada para reprimir as lutas da classe trabalhadora, como as greves, ocupações urbanas ou do campo e os protestos das comunidades nos bairros periféricos, seja por falta de água, de iluminação ou alagamentos, por isso defendemos a criação de uma Polícia Civil unificada, que seja radicalmente democratizada, cujos delegados e chefes, além de concursados, sejam eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros com mandatos revogáveis.

-Para nós o tema das drogas deve ser tratado como uma questão de saúde pública, e não de forma pura e simples criminal, por isso defendemos a legalização das drogas e o controle da sua distribuição, acompanhamento e tratamento médico e psicológico pelo Estado, com campanhas de saúde pública para acabar com o poder do narcotráfico.

11 - COMBATE AO RACISMO, AO MACHISMO, À LGBTFOBIA, A XENOFOBIA E À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

O capitalismo utiliza as opressões para explorar ainda mais os setores da classe trabalhadora. Desta forma, o racismo, o machismo e a lgbtifobia, além de dividir a classe são instrumentalizados para aumentar ainda mais os lucros do capital, além de significar para esses setores uma brutal violência diária por parte da polícia.

Defendemos o combate a toda forma de opressão. Pela criminalização da LGBTIfobia.

Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha. Pelo fim do genocídio da juventude negra, regularização das terras quilombolas. Pelo direito ao reconhecimento jurídico com visto definitivo aos imigrantes e fim do preconceito contra haitianos, venezuelanos, cubanos e demais estrangeiros.

OS RICOS É QUE DEVEM PAGAR PELA CRISE

12 – TROCAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) POR UMA LEI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A chamada "Lei de Responsabilidade Fiscal" foi instituída em todo lugar a partir do governo FHC, como exigência dos EUA e do Banco Mundial.

É uma lei que impõe como prioridade do país, estados e municípios colocarem toda sua arrecadação à serviço do pagamento da dívida aos banqueiros. Como pagamos os maiores juros do mundo, juros de agiota,

já pagamos várias vezes esta dívida que, no entanto, nunca diminui, só cresce. É transferido para os banqueiros a maior parte do dinheiro que deveria ir para a educação, a saúde, o saneamento básico, a preservação do meio ambiente, o lazer, a cultura.

Nós defendemos acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal e criar uma Lei de Responsabilidade Social. A prioridade de um governo não pode ser um punhado de banqueiros bilionários, e sim os trabalhadores e a maioria do povo pobre.

13 - NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA AOS BANQUEIROS

A dívida que os estados e municípios pagam à União para ser remetida aos banqueiros já foi paga várias vezes e penaliza o povo pobre e a classe trabalhadora. Além disso, a maioria dela é composta de juros sobre juros ou gastos pouco claros. É um verdadeiro roubo legalizado.

Aliás, os pequenos proprietários ou as dívidas que têm o estado e os municípios com pequenos prestadores de serviços, em geral demoram a ser recebidas ou não são pagas, mas os banqueiros são pagos em dia e até antecipadamente.

Defendemos a suspensão imediata do pagamento da dívida aos banqueiros uma auditoria que, inclusive, possa apontar desvios e corrupção e fazer ressarcir e colocar na cadeia quem os praticou.

14 - NÃO ÀS PRIVATIZAÇÕES. PETROBRÁS 100% ESTATAL. FIM DA CORRUPÇÃO. PELA REESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E DEMAIS EMPRESAS CONSTRUÍDAS COM O TRABALHO DO POVO BRASILEIRO.

- a. Anulação de todas as privatizações realizadas durante os governos neoliberais. Marca desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro foi FHC, que entregou empresas até então verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida por R\$ 3,3 bilhões em 1997, ou seja, um valor bem menor do que os lucros anuais obtidos pela mineradora. Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro seguiram privatizando. Bolsonaro, governadores e prefeitos também continuam entregando o patrimônio público a preço de banana para multinacionais, bancos internacionais e corruptos. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores, para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população.
- b. O governo Dilma iniciou a privatização do Pré-Sal, entregando o mega campo de Libra a preço de banana às multinacionais do petróleo. Temer continuou e aprofunda esse processo. A desnacionalização do petróleo brasileiro se dá juntamente com o processo de privatização da Petrobras. Além disso, a Eletrobrás foi privatizada por Jair Bolsonaro e sua turma do Centrão. Os permanentes reajustes dos combustíveis, como o gás de cozinha e a gasolina, transformaram a vida dos trabalhadores num inferno. Para acabar de vez com estes aumentos dos combustíveis cujo interesse é elevar os lucros dos acionistas da Petrobras no Brasil e nos EUA, o PSTU defende uma Petrobras 100% estatal e sob controle dos trabalhadores.
- c. A corrupção está no DNA do capitalismo. Ela nasce antes mesmo das eleições, quando as grandes empresas, bancos e empreiteiras pagam milhões para as campanhas de seus candidatos. Uma vez eleitos, eles beneficiam essas mesmas empresas. Mas mesmo sem financiamento de campanha, a corrupção corre solta nesse sistema. Os contratos do Estado com empresas privadas, as decisões de aumento de juros e alterações no valor do dinheiro (câmbio) ou a privatização das nossas estatais servem sempre para enriquecer empresários, banqueiros e políticos corruptos.

Defendemos a prisão e o confisco dos bens dos políticos corruptos, e também de seus corruptores, ou seja, das empresas que se beneficiaram desses crimes. As empreiteiras devem ser todas estatizadas, sem indenização, e colocadas sob o controle dos trabalhadores.

Por outro lado, as estatais devem ser controladas também pelos trabalhadores. Isso evitaria chefes indicados por “políticos” em conluio com empresas que querem ter lucros em contratos milionários com as estatais.

Por isso reafirmamos a reestatização da CELPA, e o cancelamento das negociações para privatização da COSANPA, assim como das rodovias estaduais.

O PARÁ NAS MAOS DOS TRABALHADORES E DO POVO POBRE

15 - A CLASSE TRABALHADORA DEVE GOVERNAR COM OS CONSELHOS POPULARES

Acreditamos que o poder deve pertencer efetivamente aos trabalhadores e ao povo pobre da periferia, que são a grande maioria da população. São os trabalhadores e trabalhadoras que devem decidir os rumos da política todo dia, não apenas serem chamados a eleger, em um jogo de cartas marcadas, políticos que depois fazem o que bem entendem por quatro anos e sem nenhum controle.

Neste sentido, é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instâncias de deliberação política comitês ou conselhos populares eleitos nas comunidades, nos bairros, locais de trabalho e estudo que funcionem em base a critérios discutidos e regras comumente definidas, que possam debater e definir sobre tudo.

A experiência dos Orçamentos Participativos em algumas cidades mostrou duas coisas: a) é possível os trabalhadores e o povo pobre governarem no dia a dia se tiverem o poder de fazê-lo; b) mostrou-se ao mesmo tempo uma experiência completamente limitada, porque nunca lhe foi dado verdadeiramente o poder de decidir pra valer (pois ele só podia definir o que fazer com 10% do orçamento disponível. Sobre 90% decidiam os vereadores e prefeitos, e sobre um orçamento já previamente engessado pelos banqueiros pela LRF. Dessa maneira, o poder público colocava bairro a se enfrentar com bairro, pobres contra pobres enquanto o investimento nos lugares ricos sempre esteve garantido.

Nós queremos que os Conselhos Populares tenham mais poder do que a ALEPA, seus conselheiros sejam eleitos em assembleias populares nos bairros e possam ser revogados a qualquer momento, em qualquer assembleia mensal. Devem existir debates públicos, Encontros e Congressos com delegados eleitos nos bairros das cidades e regiões de todo o estado que, com as propostas previamente debatidas, definam o que fazer. Esses delegados serão obrigados a prestar contas regularmente nas assembleias. Os conselhos populares devem controlar e decidir sobre 100% do orçamento dos municípios de todo o estado.

Da mesma maneira, é o povo que deve decidir se prefeitos e governadores devem seguir pagando aos banqueiros uma dívida que consome a maior parte do que se arrecada e que quanto mais se paga mais se deve, ou se deve pagar ao povo a enorme dívida nunca paga em saneamento básico, moradia, educação, saúde ou transporte.

Um governo socialista dos trabalhadores formado por conselhos populares, terá que governar apoiado na mobilização e organização dos trabalhadores, da juventude, do povo pobre para aplicar um plano econômico dos trabalhadores.

Esse governo, governará para os pobres. Pois os governos anteriores têm governado apenas para favorecer os ricos e sempre enganam os pobres. Por isso os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Um governo socialista dos trabalhadores vai contrariar o interesse dos ricos e dos exploradores para beneficiar os pobres, os explorados e os oprimidos.

16 - POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA PARA A CRISE. POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES.

Vamos juntos, na luta, construir uma sociedade socialista, e para garantir tudo isso precisamos construir, nas eleições, nas lutas e em nossa resistência de cada dia uma alternativa socialista e revolucionária com a classe trabalhadora, com o povo pobre das periferias. Os problemas do povo pobre e da classe operária, como desemprego, fome e rebaixamento da renda só irão se resolver com uma revolução socialista e quando os trabalhadores realmente governarem o país.

FIM